ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 044/2017
Processo nº 12.948/2017
Pregão Eletrônico Nº 012/2017

Aos 12 (doze) dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete (2017), o Município de Cachoeiro de Itapemirim, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Jerônimo Monteiro, nº. 32, Centro, Cachoeiro de Itapemirim/ES – Palácio Bernardino Monteiro, inscrito no CNPJ sob 27.165.588/0001-90, neste ato representada pelo Exmo. Sr. PREFEITO MUNICIPAL, Sr. **VICTOR DA SILVA COELHO**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 031.499.617-69 e da Carteira de Identidade sob RG nº 1.212.830-SPTC/ES, pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEMDES – ÓRGÃO PARTICIPANTE** do Registro de Preços, representada neste ato por seu titular Srª MÁRCIA CRISTINA FONSECA BEZERRA, brasileira, casada, Tecnóloga em Processos Gerenciais, inscrita no CPF nº 891.323.437-87 e Portador da Carteira de Identidade sob RG nº 1.070.330 SPTC/ES, nomeado pelo Decreto Municipal nº 26.685, de 02/01/2017, e pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS - ÓRGÃO PARTICIPANTE** do Registro de Preços, órgão integrante da Administração Pública Municipal Direta, com sede na Rua Fernando de Abreu, s/nº, Ferroviários, Cachoeiro de Itapemirim, no uso de suas atribuições de gestora do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 09.288.947/0001-14, neste ato representada pela Sra LUCIARA BOTELHO MORAES JORGE, brasileira, casada, funcionária pública, Portadora da Carteira de Identidade Nº 1284926 SPTC/ES e inscrito no CPF Nº 005.214.407-00, nomeada pelo Decreto nº 27.000 de 07/06/2017, doravante denominado **MUNICÍPIO**, em razão da classificação obtida no **Pregão Eletrônico nº 012/2017,** sob o processo nº **12.948/2017**, sob processo de compras nº **67/2017**, com base no que dispõe o art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 24.267/2014 **RESOLVE** registrar preço (s) ofertado (s) pela empresa **X ALIMENTOS LTDA - EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº 14.030.015/0001-07, com sede na Rua Bernardo Horta, nº 171, A 175; LOJA:B, Nesta Cidade, CEP: 29.300-795, neste ato representada pelo Procurador Sr. JEFERSON CHEIM SADER, brasileiro, casado, engenheiro civil, Portador da Carteira de Identidade nº 600.353 SSP/ES e inscrito no CPF/MF nº 970.306.787-53, mais adiante denominada COMPROMITENTE, nos termos das cláusulas abaixo descritas. E, por estarem justos e acordados, assinam presente ATA em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas igualmente signatárias.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. **O objeto da presente Ata é o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS,** conforme especificações descrita no Anexo I do referido Edital.

1.2. **ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:**

1.2.1. Deverá ser observado o disposto no Anexo I do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. A partir da publicação ficam registrados os preços propostos pela **Compromitente**, devendo ser observada a ordem de classificação do Pregão Eletrônico nº. 012/2017.

LOTE I COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO

X ALIMENTOS LTDA - EPP						
Item	Especificação		Und	Qde	Valor Unitário – R$	Valor Global – R$
1	Cesta Básica		Unidade	4.647	R$ 47,88	R$ 222.498,36
	ITEM	Marca				
	Açúcar Cristal – Em embalagem plástica contendo 5 quilogramas.	Paineiras				
	Arroz Branco Tipo 1 – Beneficiado, polido, longofino, tipo 1; embalagem primária em saco de polietileno transparente, pacote contendo 5 quilogramas.	Tiraju				
	Feijão preto tipo 1 – embalagem contendo 1 quilograma.	Norte				
	Sal tipo 1 – refinado iodado, embalagem primária plástica, pacote com 1 quilograma.	Nico				
	Óleo de soja – refinado de soja, fabricado com os seguintes componentes: óleo de soja, antioxidante e ácido cítrico, embalagem com 900 ml.	Soya				
	Pó de café torrado e moído tipo 1 – com as seguintes características: espécie de referência 100% de café arábia, podendo, entretanto, ser adicionado até o máximo de 20% de café conillon, torra: média, moagem: média, blend: na composição não deverá conter mais de 20% de grãos verdes e ardidos, embalagem: a vácuo compensado, tipo almofada, em pacote de 500 gramas.	Grão forte				
	Fubá de milho tipo 1 – embalagem primária plástica, contendo 1 quilograma.	Dorico				
	Farinha de mandioca tipo 1 – embalagem primária plástica contendo 1 quilograma.	Norte				
	Leite em pó – tradicional, lata contendo no mínimo 400 gramas.	Itambé				
	Macarrão – tipo espaguete, nº 08, à base de sêmola de trigo; embalagem contendo 1 quilograma.	Amalia				
	Biscoito cream cracker – pacote contendo 200 gramas.	Bela Vista				
	Farinha de trigo	Número 1				
TOTAL						R$ 222.498,36

LOTE I (Cota ME/EPP)

X ALIMENTOS LTDA - EPP						
Item	Especificação		Und	Qde	Valor Unitário – R$	Valor Global – R$
1	Cesta Básica		Unid.	1.549	R$ 47,88	R$ 74.166,12
	ITEM	Marca				
	Açúcar Cristal – Em embalagem plástica contendo 5 quilogramas.	Paineiras				
	Arroz Branco Tipo 1 – Beneficiado, polido, longofino, tipo 1; embalagem primária em saco de polietileno transparente, pacote contendo 5 quilogramas.	Tiraju				
	Feijão preto tipo 1 – embalagem contendo 1 quilograma.	Norte				
	Sal tipo 1 – refinado iodado, embalagem primária plástica, pacote com 1 quilograma.	Nico				
	Óleo de soja – refinado de soja, fabricado com os seguintes componentes: óleo de soja, antioxidante e ácido cítrico, embalagem com 900 ml.	Soya				
	Pó de café torrado e moído tipo 1 – com as seguintes características: espécie de referência 100% de café arábia, podendo, entretanto, ser adicionado até o máximo de 20% de café conillon, torra: média, moagem: média, blend: na composição não deverá conter mais de 20% de grãos verdes e ardidos, embalagem: a vácuo compensado, tipo almofada, em pacote de 500 gramas.	Grão forte				
	Fubá de milho tipo 1 – embalagem primária plástica, contendo 1 quilograma.	Dorico				
	Farinha de mandioca tipo 1 – embalagem primária plástica contendo 1 quilograma.	Norte				
	Leite em pó – tradicional, lata contendo no mínimo 400 gramas.	Itambé				
	Macarrão – tipo espaguete, n° 08, à base de sêmola de trigo; embalagem contendo 1 quilograma.	Amalia				
	Biscoito cream cracker – pacote contendo 200 gramas.	Bela Vista				
	Farinha de trigo	Número 1				
TOTAL						R$ 74.166,12

2.2. – São registrados no **CADASTRO DE RESERVA** abaixo, caso haja, nos termos do artigo 13 e, inciso II, § 2º do artigo 15 do Decreto Municipal 24.267/2014, os seguintes prestadores de serviço que aceitaram cotar a prestação de serviço com preço igual ao do(s) vencedor(es) da licitação:

2.3. Nos preços registrados estão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.4. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, ressalvado o disposto na cláusula sétima deste instrumento.

2.5. A existência de preços registrados não obrigará a Administração a dele se utilizar, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.6. Diante da necessidade de utilização do objeto, cujo preço aqui está registrado o Município formulará o Termo Contratual ou outro instrumento hábil, documento mediante o qual, exclusivamente, deverá o **COMPROMITENTE** promover a execução do serviço, sem prejuízo de outros que por força legal devam acompanhá-lo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E DAS ADESÕES

3.1 – O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de Administração e Serviços Internos – SEMASI.**

3.2 – São participantes os seguintes órgãos:
SEMDES – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SEMUS – Secretaria Municipal de Saúde

3.3. A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e anuência do órgão registrador e do compromitente.

3.4. Caberá ao prestador de serviço beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da adesão, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.5. As aquisições ou contratações oriundas das atas de registro de preços aderidas não poderão exceder por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.6. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.7. Obriga-se o Compromitente a manter-se durante toda a vigência desta ATA em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, como também todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.8. Competirá ao órgão que aderir à presente ata, os atos relativos a fiscalização da execução dos serviços, bem como o cumprimento dos prazos estabelecidos no instrumento convocatório, devendo ainda, ser observada a ampla defesa e o contraditório, no caso aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor, em relação às suas próprias contratações, deverá ainda, ser informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Além daquelas listadas no Termo de Referência e na minuta de Contrato, serão obrigações do fornecedor:

a) Responsabilizar-se por quaisquer danos/prejuízos pessoais e/ou materiais causados a terceiros ou à Administração, decorrentes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, praticada por seus empregados e prepostos, quando da execução dos serviços, não

excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento realizado pela contratante, salvo danos/prejuízos resultantes de caso fortuito ou de força maior;
b) Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais decorrentes da execução do objeto, sem ônus para o município;
c) Notificar à Administração, imediatamente e por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da execução dos serviços;
d) Responder pelas despesas decorrentes de qualquer infração seja qual for desde que praticada por seus funcionários durante a execução do serviço;
e) Apresentar notas fiscais com cópia das certidões de regularidade fiscal;
f) Manter-se, durante toda a vigência desta ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
g) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto licitado;
h) Executar serviços de boa qualidade, em estrita conformidade com as especificações constantes nesta ata e no edital;
i) Cumprir os prazos estipulados pela secretaria requisitante para execução dos serviços/fornecimento, conforme constam nessa ata de registro de preços e termo de referência;
j) Disponibilizar e informar e-mail corporativo para que a Administração possa fazer solicitações de serviços utilizando-se desse meio de comunicação, quando necessário.
k) Reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte material em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, bem como substituir mão de obra que se mostre desqualificado para a prestação do serviço.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE ENTREGA

5.1. O prazo máximo para entrega do objeto será de no máximo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data do recebimento da Autorização de Fornecimento, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.2. Os itens que estiverem em desacordo com as especificações exigidas neste termo de referência ou apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso serão recusados e devolvidos parcial ou totalmente, conforme o caso, e a licitante vencedora será obrigada a substituí-los no prazo máximo de 02 (dois) dias, a partir da data de recebimento da notificação realizada pela Administração sobre o fato, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.

5.3. Os Produtos deverão ser entregues no Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, localizado no Centro de Manutenção Urbana – CMU, no endereço: rua Agildo Romero, s/nº, bairro São Geraldo, Cachoeiro de Itapemirim/ES, no horário de 08:00 às 17:00 horas.

CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE DA ATA

A vigência da presente **ATA** será de **12 (doze) meses**, não prorrogáveis, contados a partir do primeiro dia útil após a data da publicação de seu extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO E DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.2. O preço registrado poderá ser revisto nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos prestadores de serviço.

7.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:
a) Convocar o prestador de serviço visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
b) Frustrada a negociação, liberar o prestador de serviço do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;
c) Convocar os demais prestadores de serviço visando igual oportunidade de negociação, observada a ordem de classificação original do certame.

7.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o prestador de serviço, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
a) Convocar o prestador de serviço visando à negociação de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93, quando cabível, para rever o preço registrado em razão da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
b) Caso inviável ou frustrada a negociação, liberar o prestador de serviço do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de prestação de serviço, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
c) Convocar os demais prestadores de serviço para assegurar igual oportunidade de negociação, quando cabível.

7.5. A cada pedido de revisão de preço deverá o compromitente comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada anteriormente, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.

7.6. É vedado ao compromitente interromper a execução dos serviços enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas, salvo a hipótese de liberação do compromitente prevista nesta Ata.

7.7. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não ultrapasse o prazo de 12 (doze) meses de sua assinatura.
7.7.1. Será necessária a realização periódica de pesquisa de mercado, a fim de comprovar a vantajosidade.

7.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, conforme o caso, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.9. É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.

www.cachoeiro.es.gov.br
Rua Brahim Antônio Seder, nº 96 - 3º andar - Centro
Cachoeiro de Itapemirim - ES - CEP 29.300-060
Tel.: 28 3155 5382

7.10. Não será concedida a revisão quando:
a) Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
b) O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;
c) Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
d) A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

7.11. Não cabe repactuação ou reajuste de preços da contratação.

7.12. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

8.1. O Registro de preço poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:
8.1.1. Unilateralmente pela Administração, quando:
a) Não cumprir as condições da ata de Registro de Preços;
b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
c) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
d) Não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.
e) por razões de interesse público, devidamente fundamentado, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei n°. 8.666/93.
f) Não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;
8.1.2. O cancelamento de registro previsto no item 8.1.1, alíneas "a – d", serão assegurados o contraditório e ampla defesa.

8.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
a) Por razões de interesse público;
b) A pedido do compromitente.

8.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado nos casos previstos no subitem 8.1.1. será feita mediante correspondência ao compromitente.
8.3.1. No caso de não localização do compromitente, a comunicação será feita mediante publicação no Diário Oficial Municipal.

8.4. A solicitação do compromitente para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término do prazo de validade do registro de preços, instruída com a comprovação do fato ou fatos que justifiquem o pedido para apreciação e decisão do órgão gerenciador. Sendo facultada a Administração a aplicações das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido, sendo sempre assegurado ao solicitante o Principio do Contraditório e da Ampla Defesa.

www.cachoeiro.es.gov.br
Rua Brahim Antônio Seder, nº 96 – 3º andar – Centro
Cachoeiro de Itapemirim - ES - CEP 29.300-060
Tel.: 28 3155 5382

CLÁUSULA NONA – DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

9.1. A contratação dos serviços registrados observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à presente ata e será formalizada mediante:

a) Instrumento contratual; e/ou

b) Autorização de serviço; ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Municipal 24.267/14.

c) Emissão de nota de empenho de despesa.

9.2. O órgão convocará o COMPROMITENTE para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis para: a) efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente; ou, b) assinar o Contrato), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

9.2.1. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do prestador de serviço e aceita pela Administração.

9.3. Fica facultada a assinatura de contrato apenas para as aquisições cujos valores ultrapassem R$ 80.000,00. As demais aquisições poderá o instrumento contratual substituído pela Autorização de Fornecimento

9.3.1. Quando houver necessidade da confecção do termo de Contrato, a sua vigência será definida no próprio instrumento, devendo ser observado o disposto no art. 57 da Lei 8.666/93

9.3.2. A minuta do Contrato, integra o edital para todos os fins e efeitos de direito e regulamentará as condições da execução do objeto, direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

9.4. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento dos produtos efetivamente entregues e aceitos será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante apresentação das Notas Fiscais/Faturas, devidamente aceitas e atestadas pelo órgão competente, desde que não haja quaisquer irregularidades ou desconformidade, observado o disposto no art. 5º da lei nº 8.666/93.

10.2. Na emissão das Notas Fiscais, **o FORNECEDOR** deverá descrever o objeto, obrigatoriamente, como o contido em sua proposta, considerando ainda o quantitativo solicitado na **OS** ou **AF**.

10.3. O pagamento somente será efetuado mediante a comprovação de regularidade perante:

a) Fazenda Federal, relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciários;

b) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

c) Fazenda Estadual;

d) Fazenda Municipal da sede do fornecedor e do Município de Cachoeiro de Itapemirim.

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.4. Das notas fiscais/Faturas deverá constar, além dos preços da proposta aceita, o nº da agência bancária, o nome do banco e número da conta da empresa, nº do processo/protocolo, a Autorização de Serviço/Fornecimento e nota de empenho.

www.cachoeiro.es.gov.br
Rua Brahim Antônio Seder, nº 96 – 3º andar – Centro
Cachoeiro de Itapemirim - ES - CEP 29.300-060
Tel.: 28 3155 5382

10.5. Ocorrendo erros nas Notas Fiscais/Faturas, as mesmas serão devolvidas ao **FORNECEDOR** para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento seja contado a partir da data de apresentação da nova Nota Fiscal/Fatura.

10.6. Não será admitida a antecipação de pagamento.

10.7. **O MUNICÍPIO** poderá deduzir dos pagamentos importâncias que porventura, a qualquer título, lhe forem devidas pelo **FORNECEDOR** em decorrência de inadimplemento das obrigações assumidas;

10.8. Nenhum pagamento será efetuado à **Contratada** enquanto perdurar qualquer pendência de liquidação, ou obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

10.9. É expressamente vedado ao **FORNECEDOR** à cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

10.10. De acordo com a Portaria Municipal n° 465/05, Artigo 1º, §§ 1º e 2°, o CNPJ ou CPF constante do respectivo processo e o CNPJ ou CPF da conta bancária deverão ser coincidentes. Não serão efetuados créditos em contas:
a) de empresas associadas;
b) de matriz para filial;
c) de filial para matriz;
d) de sócio;
e) de representante;
f) de procurador, sob qualquer condição.

10.11. Para emissão da Nota Fiscal deverão ser considerados os seguintes dados do tomador:
Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Praça Jerônimo Monteiro, nº. 32, Centro, Cachoeiro de Itapemirim/ES – Palácio Bernardino Monteiro.
CNPJ Nº 27.165.588/0001-90
I.E.: ISENTO.

10.12. Ocorrendo atraso no pagamento e desde que não tenha sido o fornecedor quem lhe deu causa, poderá, a requerimento deste, ser lhe compensada a mora por meio da aplicação da seguinte fórmula: EM = I x N x VP.
Onde:
EM = encargos moratórios;
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = valor da parcela a ser paga;
I = 0,0001644 (índice de compensação financeira por dia de atraso, assim apurado I = (6/100) /365).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução desta ATA será acompanhada pelo órgão gerenciador do Registro de Preços, juntamente com as secretarias participantes nos termos do Decreto Municipal 24.267/2014.

11.2. O recebimento do objeto licitado será acompanhado por servidor designado pelo órgão requisitante, que deverá fiscalizar e atestar a entrega do objeto licitado.

www.cachoeiro.es.gov.br
Rua Brahim Antônio Seder, nº 96 - 3º andar - Centro
Cachoeiro de Itapemirim - ES - CEP 29.300-060
Tel.: 28 3155 5382

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A empresa licitante deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas no edital, sujeitando-se às penalidades constantes no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/1993, conforme o disposto:

a) **Impedimento,** de licitar e contratar com a Administração Pública e, seu descredenciamento junto ao Cadastro de Fornecedores do Município ou no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), por prazo nunca superior a 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

I - não celebrar o Contrato;
II - deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
III - Ensejar o retardamento da execução do seu objeto;
IV - Falhar ou fraudar na execução do contrato;
V - não mantiver a proposta;
VI - se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

b) **Advertência,** pela inexecução total ou parcial do contrato, ou instrumento equivalente, desde que não tenha resultado prejuízo para a Administração.

c) **Multa** nos seguintes casos:

I - Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor mensal da fatura, pela não execução do serviço nos prazos estabelecidos;
II - Multa de 3% (três por cento) do valor estimado para contratação por deixar de entregar alguma documentação exigida para o certame;
III - Multa de 10% (dez por cento) do valor total da contratação, quando não mantiver a sua proposta;
IV - Multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, pela sua inexecução parcial ou total;
V - 15% (quinze por cento) do valor estimado para contratação quando dentro do prazo de validade de sua proposta não retirar a Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou não celebrar o Contrato; apresentar documentação ou declaração falsa; falhar ou fraudar na execução do Contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

d) Poderão ser considerados inidôneos, as empresas ou profissionais que:

I - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
II - Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos privados.

12.2. A Administração irá determinar o prazo de aplicação da sanção prevista , contando com o máximo de até 5 (cinco) anos, tomando por pressupostos as especificidades de cada caso e a gravidade das condutas apuradas.

12.3. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções restritivas de direitos constantes neste instrumento.

12.3.1. O atraso para efeito de cálculo da multa, será contato em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

12.3.2. O valor da multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado da garantia do contrato e/ou do pagamento devido pelo Município de Cachoeiro de Itapemirim, quando for o caso, cobrada judicialmente. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser ressarcida ao Município no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da aplicação da sanção.

www.cachoeiro.es.gov.br
Rua Brahim Antônio Seder, nº 96 – 3º andar – Centro
Cachoeiro de Itapemirim - ES - CEP 29.300-060
Tel.: 28 3155 5382

12.4. Decorrido mais de trinta dias de atraso na execução do objeto pactuado, a administração poderá rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas em lei.

12.5. As sanções administrativas somente serão aplicadas pela Administração, após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia.

12.6. A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.
12.6.1. Os licitantes serão notificados para apresentarem suas defesas em até:
a) 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 12.1 "a" a "c";
b) 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, no caso de aplicação da sanção prevista no item 212.1 "d".
12.6.2. No exercício de sua defesa o fornecedor poderá juntar documentos e pareceres, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.
12.6.3. Ao licitante incumbirá provar os fatos e situações alegadas e, sem prejuízo da autoridade processante, averiguar as situações indispensáveis à elucidação dos fatos e imprescindíveis à formação do seu convencimento.

12.7. O desatendimento à notificação importa o reconhecimento da veracidade dos fatos e a preclusão do direito pelo licitante, implicando na imediata aplicação da sanção prevista em Lei e no edital.

12.8. Assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, é facultado à licitante ou **Contratada** interessada:
a) Interpor recurso contra a aplicação das sanções de Advertência, Multa, Suspensão e Impedimento, Descredenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação, **e**;
b) Interpor pedido de reconsideração da aplicação da sanção de Declaração de Inidoneidade, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

12.9. Subsidiariamente e no que couber, serão aplicadas sanções aqui não elencadas e previstas na Lei de Licitações nº. 8.666/93, consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1. Integram a presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição, o Termo de Referência e a proposta da compromitente.

13.2. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Decreto Municipal 24.267/14, subsidiariamente e demais legislações pertinentes a matéria.

13.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim, Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura oriunda da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

E por estarem de pleno e comum acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com 02 (duas) testemunhas, igualmente signatárias.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 08 de novembro de 2017.

VICTOR DA SILVA COELHO
Prefeito Municipal

MÁRCIA CRISTINA FONSECA BEZERRA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

LUCIARA BOTELHO MORAES JORGE
Secretária Municipal de Saúde

JEFERSON CHEIM SADER
Procurador do Fornecedor

Testemunhas:

1._____ 2._____

www.cachoeiro.es.gov.br

Rua Brahim Antônio Seder, nº 96 - 3º andar - Centro
Cachoeiro de Itapemirim - ES - CEP 29.300-060
Tel.: 28 3155 5382

Veículos, a pedido da Secretaria Municipal de Gestão e Transportes – SEMTRA.

ÍTEM: 01
CÓDIGO DO MATERIAL: 52.027.002.0003
DESCRIÇÃO : Veículo Tipo: SPORT UTILITY, Cor: Branca original de fábrica; Plotado no Padrão definido pelo Grafismo da Guarda Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Portas: Cinco portas: quatro laterais e uma traseira para acesso ao porta-malas, Altura do Veículo: No mínimo 1,60 m, Altura do solo: No mínimo 19 cm, Comprimento: No mínimo 4 m, Largura: No mínimo 1,65 m, Entre-eixos: No mínimo 2.50 m, Capacidade de passageiros: 05 passageiros, Capacidade do Compartimento de Cargas: No mínimo 400 litros, Reservatório de Combustível: No mínimo 50 litros, Capacidade de Carga [Mínima]: 400 Kg, Revestimento de bancos: Em Couro ou Tecido de alta resistência a abrasão e atritos com artefatos metálicos; reforço nas áreas de maior desgaste[nas laterais do encosto dos ba, Forração de Piso: Piso forrado em PVC resistente, não absorvente e lavável, Potência Mínima: 110 CV, Torque Mínimo: 15 Kgfm [Nm] no mínimo, Cilindradas: No mínimo 1585 cm³, Cilindros: Quatro [04] em linha, Combustível: Bicombustível Gasolina/Álcool, Injeção de Combustível: Eletrônica, Câmbio: Manual com 05 Marchas a Frente e 01 Ré, Embreagem: Mono Disco à Seco, Tração: No mínimo 4 x 2 Dianteira, Sistema de Freios Dianteiros: A disco Ventilado, com sistema ABS, Sistema de Freios Traseiros: A disco ou tambor, com sistema ABS, Suspensão Dianteira: Independente McPherson, Suspensão Traseira: Eixo de torção ou independente], Direção: Hidráulica, elétrica ou eletro hidráulico., Rodas: Em aço ou liga leve de no mínimo 14", Pneus: Radiais compatíveis ao projeto do veículo - Sem Câmara, Bateria: No mínimo 60 amperes blindada, Alternador: Compatível com o projeto do veículo e os demais equipamentos da versão policial., Alternador comprometimento: sem comprometer o funcionamento do veículo. Essas características adicionais serão submetidas à análise técnica seguida de testes, garantia de 12 meses, Kit cela e demais implementos: Kit Cela devidamente instalado, no compartimento de bagagens, dos veículos da Guarda Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.
UND: UN
QTD: 10
MARCA: RENAULT DUSTER
VALOR UNITÁRIO: 80.200,00
VALOR GLOBAL: 802.000,00 (oitocentos e dois mil reais).
PROCESSO: Protocolo nº 1 – 21.079/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2017 - Pregão nº 012/2017
FORNECEDOR REGISTRADO: X ALIMENTOS LTDA – EPP.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS.

LOTE I COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO

X ALIMENTOS LTDA - EPP

Item	Especificação		Und	Qde	Valor Unitário – R$	Valor Global – R$
	Cesta Básica					
	ITEM	Marca				
1	Açucar Cristal – Em embalagem plástica contendo 5 quilogramas.	Paineiras	Unidade	4.647	R$ 47,88	R$ 222.498,36
	Arroz Branco Tipo 1 – Beneficiado, polido, longofino, tipo 1, embalagem primária em saco de polietileno transparente, pacote contendo 5 quilogramas.	Tiraju				
	Feijão preto tipo 1 – embalagem contendo 1 quilograma.	Norte				
	Sal tipo 1 – refinado iodado, embalagem primária plástica, pacote com 1 quilograma.	Nico				
	Oleo de soja – refinado de soja, fabricado com os seguintes componentes: óleo de soja, antioxidante e ácido cítrico, embalagem com 900 ml.	Soya				
	Pó de café torrado e moído tipo 1 – com as seguintes características: espécie de referência 100% de café arábia, podendo, entretanto, ser adicionado até o máximo de 20% de café conillon, torra: média, moagem: média, blend na composição não deverá conter mais de 20% de grãos verdes e ardidos, embalagem: a vácuo compensado, tipo almofada, em pacote de 500 gramas.	Grão forte				
	Fubá de milho tipo 1 – embalagem primária plástica, contendo 1 quilograma.	Dorico				
	Farinha de mandioca tipo 1 – embalagem primária plástica contendo 1 quilograma.	Norte				
	Leite em pó – tradicional, lata contendo no mínimo 400 gramas.	Itambé				
	Macarrão – tipo espaguete, nº 08, a base de sêmola de trigo, embalagem contendo 1 quilograma.	Amalia				
	Biscoito cream cracker – pacote contendo 200 gramas.	Bela Vista				
	Farinha de trigo	Número 1				
	TOTAL					R$ 222.498,36

LOTE I (Cota ME/EPP)

X ALIMENTOS LTDA - EPP

Item	Especificação		Und	Qde	Valor Unitário – R$	Valor Global – R$
	Cesta Básica					
	ITEM	Marca				
1	Açucar Cristal – Em embalagem plástica contendo 5 quilogramas.	Paineiras	Unid.	1.549	R$ 47,88	R$ 74.166,12
	Arroz Branco Tipo 1 – Beneficiado, polido, longofino, tipo 1, embalagem primária em saco de polietileno transparente, pacote contendo 5 quilogramas.	Tiraju				
	Feijão preto tipo 1 – embalagem contendo 1 quilograma.	Norte				
	Sal tipo 1 – refinado iodado, embalagem primária plástica, pacote com 1 quilograma.	Nico				
	Oleo de soja – refinado de soja, fabricado com os seguintes componentes: óleo de soja, antioxidante e ácido cítrico, embalagem com 900 ml.	Soya				
	Pó de café torrado e moído tipo 1 – com as seguintes características: espécie de referência 100% de café arábia, podendo, entretanto, ser adicionado até o máximo de 20% de café conillon, torra: média, moagem: média, blend: na composição não deverá conter mais de 20% de grãos verdes e ardidos, embalagem: a vácuo compensado, tipo almofada, em pacote de 500 gramas.	Grão forte				
	Fubá de milho tipo 1 – embalagem primária plástica, contendo 1 quilograma.	Dorico				
	Farinha de mandioca tipo 1 – embalagem primária plástica contendo 1 quilograma.	Norte				
	Leite em pó – tradicional, lata contendo no mínimo 400 gramas.	Itambé				
	Macarrão – tipo espaguete, nº 08, a base de sêmola de trigo, embalagem contendo 1 quilograma.	Amalia				
	Biscoito cream cracker – pacote contendo 200 gramas.	Bela Vista				
	Farinha de trigo	Número 1				
	TOTAL					R$ 74.166,12

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Administração e Serviços Internos – SEMASI.
ÓRGÃOS PARTICIPANTES:
SEMDES – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SEMUS – Secretaria Municipal de Saúde
PRAZO: 12 (doze) meses.
DATA DA ASSINATURA: 08/11/2017.
SIGNATÁRIOS: Vitor da Silva Coelho – Prefeito municipal, Márcia Cristina Fonseca Bezerra - Secretária Municipal de Desenvolvimento Social – Luciara Botelho Moraes Jorge – Secretária Municipal de Saúde e Jeferson Cheim Sader – Procurador do Fornecedor.
PROCESSO: Protocolo nº 1 – 12.948/2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

ÁRBITROS INSCRITOS E HABILITADOS ATRAVÉS DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2017

PROCESSO Nº 33659/2017

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER – SEMESP – torna público os árbitros inscritos e habilitados através de Edital de Credenciamento nº 004/2017 para atuar nos eventos realizados e apoiados pela SEMESP, na modalidade de futebol de campo, conforme classificação abaixo:
- Andesson Canzian Moraes
- Anayara Moreira dos Santos
- Rosana Martins
- Marcus Vinicius Valadão Caetano
- Claudeci Mattos de Oliveira
- Rosimar da Silva Nascimento
- Jadson Paschoal Brites
- Gleidson de Oliveira Salles
- Elder Biancardi Galvão
- Elder da Silva Barone
- Antonio Ailton Pascoal Brites
- Ancelmo Verediano Roque

Atendendo ao item 8 do Edital supracitado, os inscritos devem comparecer dia 09/11/2017 na sede Administrativa da SEMESP, no CMU – Centro de Manutenção Urbana, para assinatura do Termo de Credenciamento, portando as documentações necessárias para tal.

Cachoeiro de Itapemirim, 08 de novembro de 2017.

RODOLPHO SILVA MAIA
Presidente da Comissão de Seleção
Portaria nº 838/2017

THIAGO DA SILVA DUARTE
Membro da Comissão de Seleção
Portaria nº 838/2017

ALINE JURIATTO FAGUNDES
Membro da Comissão de Seleção
Portaria nº 838/2017

IPACI

PORTARIA Nº 526/2017

APOSENTA POR INVALIDEZ PERMANENTE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A PRESIDENTE EXECUTIVA DO IPACI - Instituto de Previdência do Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através da Lei nº 7.030/2014 e do Decreto nº 26.697/2017, resolve:

Art. 1º - Aposentar por invalidez permanente a servidora pública municipal **JOANA D'ARC VICENTE VIEIRA** ocupante do cargo de Professor PEB A V VI A 11 D, matrícula nº 34.559, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, conforme cálculo constante no processo de protocolo nº 34.453, de 06/10/2017, a partir de 06 de outubro de 2017, nos termos do artigo 40, § 1º, Inciso I, da Constituição Federal de 1988 c/c o artigo 53, §§ 1º e 6º, da Lei Municipal nº 6.910/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim - ES, 07 de novembro de 2017.

CLEUZEI MIRANDA SMARZARO MOREIRA
Presidente Executiva

PORTARIA Nº 527/2017

APOSENTA POR INVALIDEZ PERMANENTE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A PRESIDENTE EXECUTIVA DO IPACI - Instituto de Previdência do Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através da Lei nº 7.030/2014 e do Decreto nº 26.697/2017, resolve:

Art. 1º - Aposentar por invalidez permanente a servidora pública municipal **ZULEIDE FARDIM DA SILVA** ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Públicos Municipais II A 03 D, matrícula nº 29587, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos integrais, conforme cálculo constante no processo de protocolo nº 34.449, de 06/10/2017, a partir de 06 de outubro de 2017, nos termos do artigo 40, § 1º, Inciso I, da Constituição Federal de 1988 c/c o artigo 53, §§ 1º e 6º, da Lei Municipal nº 6.910/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim - ES, 07 de novembro de 2017.

CLEUZEI MIRANDA SMARZARO MOREIRA
Presidente Executiva

DATACI

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Segundo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviço Nº 005/2015.
CONTRATANTE: SIMTERNET Tecnologia da Informação LTDA ME.
CONTRATADA: DATACI - Companhia de Tecnologia da